

**MARINHA DO BRASIL**  
**DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA**

**(CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO  
QUADRO TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA  
MARINHA / CP-T/2015 )**

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE  
MATERIAL EXTRA**

**DIREITO**

- 1) Com relação à prova, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:
- (A) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados sempre por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
  - (B) durante o curso do processo judicial, quanto à perícia, é permitido às partes requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova, mas não para responderem a quesitos.
  - (C) quando a infração deixar vestígios, será necessário o exame de corpo de delito, mas a confissão do acusado pode supri-lo.
  - (D) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova, não podendo fundamentar sua decisão, exclusivamente, nos elementos informativos colhidos na investigação.
  - (E) durante o curso do processo, é vedada às partes a indicação de assistentes técnicos.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

- 2) Com relação aos Tratados e Convenções internacionais, considerando-se o disposto no texto constitucional, assinale a opção correta.
- (A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em uma das Casas do Congresso Nacional, em apenas um turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
  - (B) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e aqueles sobre todos os demais direitos, que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
  - (C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pela Presidência da República serão equivalentes às emendas constitucionais.
  - (D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
  - (E) Os tratados e convenções internacionais sobre todos os direitos, de qualquer natureza, com exceção daqueles relativos aos direitos humanos, que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por quatro quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- 3) Com relação à suspensão condicional da pena prevista no Código Penal Militar, assinale a opção correta.
- (A) É cabível quando a pena privativa de liberdade não for superior a quatro anos.
  - (B) Suspende a execução da pena privativa de liberdade por dois a seis anos.
  - (C) É cabível quando aplicada a pena de reforma.
  - (D) Não é revogada se o beneficiário militar é punido por infração disciplinar considerada grave.
  - (E) É revogada obrigatoriamente se o condenado deixa de cumprir qualquer das obrigações.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

- 4) Cessado o Estado de Defesa ou o Estado de Sítio, de acordo com expressa regra constitucional
- (A) permanecerão seus efeitos por 180 dias ou mais, enquanto assim entender o Presidente da República, de acordo com os imperativos de segurança nacional.
  - (B) permanecerão seus efeitos por trinta dias ou mais, enquanto assim entender o Presidente da República, de acordo com os imperativos de segurança nacional.
  - (C) cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos danos que seus agentes causarem, salvo se forem militares.
  - (D) cessarão seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.
  - (E) permanecerão seus efeitos para os agentes que façam parte das Forças Armadas e seus dependentes e cessarão seus efeitos para os demais executores ou agentes.
- 5) Com relação às alterações promovidas pela Lei nº. 13.058/2014 no Código Civil de 2002, assinale a opção correta.
- (A) Na guarda compartilhada, as decisões acerca dos filhos devem ser definidas de comum acordo entre os pais, não sendo relevante o tempo de convívio com cada um deles.
  - (B) Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela em que permanecerem a maior parte do tempo.
  - (C) A guarda unilateral faculta àquele que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, solicitando, para tanto, informações sobre situações que, direta ou indiretamente, afetem a saúde de seus filhos.
  - (D) Quando não houver acordo, encontrando-se ambos os genitores aptos, será aplicada a guarda compartilhada, ainda que um dos genitores declare que não a deseja, tendo em vista a impossibilidade de renúncia do poder familiar.
  - (E) Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em conceder ou negar aos filhos consentimento para viajarem ao exterior.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

- 6) Litisconsórcio é a pluralidade de partes, no polo ativo, no polo passivo, ou em ambos do mesmo processo, e tem como razões fundamentais a economia processual e a harmonização dos julgados. Com relação a esse fenômeno processual, assinale a opção INCORRETA.
- (A) O litisconsórcio necessário multitudinário não pode ser desmembrado, mesmo que o número de partes reunidas comprometa a rápida solução do litígio ou dificulte a defesa.
  - (B) No litisconsórcio unitário, a relação é una e indivisível, mas a sentença pode ser diferente para algum litisconsorte.
  - (C) O litisconsórcio simples será necessário quando a lei assim determinar.
  - (D) O litisconsórcio necessário por força de lei poderá ser simples ou unitário.
  - (E) Quando houver unitariedade da lide, poderá se formar litisconsórcio facultativo e unitário nos casos de legitimidade extraordinária.
- 7) Com relação aos negócios jurídicos, assinale a opção correta.
- (A) O termo é elemento não accidental do negócio jurídico.
  - (B) Enquanto o termo inicial suspende apenas o exercício do direito, a condição resolutiva suspende a sua aquisição.
  - (C) O encargo disposto como condição resolutiva suspende a aquisição e o exercício do direito.
  - (D) As condições juridicamente impossíveis não invalidam o negócio jurídico quando suspensivas.
  - (E) O encargo ilícito não invalida o negócio jurídico, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade.

- 8) Com relação à composição do Superior Tribunal Militar, assinale a opção correta.
- (A) A nomeação dos ministros civis que comporão o Superior Tribunal Militar, pelo Presidente da República, ocorrerá após aprovação da indicação feita pela Câmara dos Deputados.
  - (B) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de, no mínimo, trinta e três ministros vitalícios, todos militares de carreira das Forças Armadas, que serão indicados pelos seus respectivos comandos.
  - (C) Os ministros vitalícios que comporão o Superior Tribunal Militar serão nomeados pelo Presidente da República e serão indicados pelo Senado Federal somente entre militares de carreira das Forças Armadas.
  - (D) A nomeação pelo Presidente da República, dos ministros escolhidos, todos obrigatoriamente oriundos do Ministério Público da Justiça Militar, que comporão o Superior Tribunal Militar, ocorrerá após aprovação e indicação do Senado Federal.
  - (E) Os ministros civis que comporão o Superior Tribunal Militar serão escolhidos entre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo, três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- 9) Com relação à denúncia e à queixa, assinale a opção correta.
- (A) A queixa não pode ser dada por procurador com poderes gerais, nem especiais.
  - (B) A renúncia ao exercício do direito de queixa a um dos autores do crime não impede que seja intentada ação contra os demais.
  - (C) Na ação penal privada, oferecida a queixa, o querelado pode apresentar reconvenção no prazo de cinco dias.
  - (D) A queixa em ação penal privativa do ofendido não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
  - (E) A exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, é um dos elementos tanto da denúncia, como da queixa.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

- 10) Com relação ao inquérito penal militar, assinale a opção correta.
- (A) Pode ser iniciado mediante portaria, por decisão do Superior Tribunal Militar.
  - (B) Se o indiciado for oficial, a designação de escrivão recairá em sargento, subtenente ou suboficial.
  - (C) Podem-se colher todas as provas que sirvam para esclarecimento do fato e suas circunstâncias, com exceção da acareação.
  - (D) Deve terminar no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver preso.
  - (E) A autoridade militar poderá arquivar autos de inquérito quando concluir pela inexistência do crime.
- 11) Segundo a Lei nº. 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Tal garantia de prioridade NÃO compreende:
- (A) a priorização pelo atendimento asilar ou por sua própria família.
  - (B) a garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
  - (C) a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
  - (D) a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos.
  - (E) a atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

- 12) Na coação moral irresistível, há exclusão da
- (A) culpabilidade, decorrente da inexigibilidade de conduta diversa.
  - (B) culpabilidade, por inimizabilidade.
  - (C) ilicitude.
  - (D) tipicidade formal.
  - (E) causalidade.
- 13) O funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal pratica o crime de
- (A) Prevaricação.
  - (B) Corrupção ativa.
  - (C) Exercício das próprias razões.
  - (D) Corrupção passiva culposa.
  - (E) Condescendência criminosa transversa.
- 14) Com relação à citação, de acordo com a Lei nº 9.099/1995, assinale a opção correta.
- (A) Se o autor do fato não for encontrado para ser citado, o juiz do Juizado Especial determinará sua citação por hora certa.
  - (B) Se o autor do fato não for encontrado para ser citado, o juiz do Juizado Especial determinará desde logo sua citação por edital.
  - (C) Do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, não lhe será designado defensor público, em razão do princípio da celeridade.
  - (D) Não se exige que, no mandado de citação, conste a necessidade de comparecimento do autor do fato acompanhado de advogado, em obediência ao princípio da celeridade.
  - (E) Será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015



- 15) Com relação às nulidades no processo penal, assinale a opção correta.
- (A) A nulidade pode ocorrer por ilegitimidade do representante e não poderá ser sanada.
  - (B) A incompetência do juízo anula todos os atos do processo, sejam eles instrutórios ou decisórios.
  - (C) As partes poderão arguir nulidade referente à formalidade cuja observância só interesse à parte contrária.
  - (D) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influenciado na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
  - (E) Ocorre nulidade por incompetência, mas não por suspeição do juiz.
- 16) Com relação aos institutos da prescrição, da decadência, da preclusão e da perempção, assinale a opção correta.
- (A) Diferentemente da decadência, que fulmina a pretensão, a prescrição atinge o direito de ação.
  - (B) A perempção tem natureza processual e não extingue o direito material, nem a pretensão.
  - (C) A prescrição visa a conferir estabilidade jurídica e a consolidar os direitos, razão pela qual não há pretensões imprescritíveis.
  - (D) As ações que protegem o direito da personalidade e os efeitos patrimoniais dele decorrentes são imprescritíveis.
  - (E) A renúncia da prescrição deve ser expressa e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; não se admitindo a renúncia tácita.

- 17) Com relação ao processo especial de deserção, previsto no Código de Processo Penal Militar, assinale a opção correta.
- (A) Em caso de deserção especial, a lavratura do termo será precedida de inventário.
  - (B) O termo de deserção tem caráter de instrução provisória e se destina a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, mas não sujeita o desertor, desde logo, à prisão.
  - (C) O desertor que não for julgado dentro de noventa dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura, será posto em liberdade, salvo se tiver dado causa ao retardamento do processo.
  - (D) O oficial desertor será agregado, permanecendo nessa situação ao se apresentar ou ser capturado, até decisão transitada em julgado.
  - (E) Consumada a deserção de praça especial ou praça sem estabilidade, será ela imediatamente agregada ao serviço ativo.
- 18) O longo período de duração dos processos pode gerar riscos. Uma das maneiras de mitigá-los é o mecanismo do processo cautelar, cujas características apontadas por Fredie Didier Jr. são:
- (A) acessoriedade, inexistência de coisa julgada formal e instrumentalidade.
  - (B) urgência, satisfatividade e fungibilidade.
  - (C) cognição ordinária, inexistência de coisa julgada formal e definitividade da decisão.
  - (D) urgência, autonomia e definitividade da decisão.
  - (E) autonomia, inexistência de coisa julgada formal e cognição sumária.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

- 19) O Código de Processo Civil trata das hipóteses em que terceiros ingressam no processo em andamento. Com relação à intervenção de terceiros, assinale a opção correta.
- (A) No procedimento dos Juizados Especiais Cíveis é admitida intervenção de terceiros somente na modalidade assistência.
  - (B) Qualquer das modalidades de intervenção de terceiro pode ser autorizada no processo de execução.
  - (C) A assistência é sempre voluntária.
  - (D) A nomeação à autoria pode ser provocada pelo autor ou pelo réu.
  - (E) A denúncia da lide é sempre provocada pelo réu.
- 20) Os Conselhos de Justificação e de Disciplina, previstos na Lei nº 5.836/1972 e no Decreto nº 71.500/1972, destinam-se a julgar a incapacidade de militares de carreira das Forças Armadas de permanecerem na ativa. Com relação às causas de submissão *ex officio* abaixo citadas, assinale a opção que apresenta uma causa que NÃO é comum a ambos os Conselhos.
- (A) Acusado oficialmente ou por qualquer meio lícito de comunicação social de ter: procedido incorretamente no desempenho do cargo, tido conduta irregular, ou praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe.
  - (B) Considerado não habilitado para o acesso, em caráter provisório, no momento em que venha a ser objeto de apreciação para ingresso em Quadro de Acesso ou Lista de Escolha.
  - (C) Afastado do cargo, na forma do Estatuto dos Militares por se tornar incompatível com o mesmo ou demonstrar incapacidade no exercício de funções militares a ele inerentes, salvo se o afastamento é decorrência de fatos que motivem sua submissão a processo.
  - (D) Condenado por crime de natureza dolosa, não previsto na legislação especial concernente à segurança do Estado, em Tribunal civil ou militar, a pena restritiva de liberdade individual de até 2 (dois) anos, tão logo transite em julgado a sentença.
  - (E) Pertencente a partido político ou associação, suspensos ou dissolvidos por força de disposição legal ou decisão judicial, ou que exerçam atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

- 21) Com relação à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – Lei nº 9.882/1999, assinale a opção correta.
- (A) O Superior Tribunal de Justiça, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
  - (B) Apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, no prazo de 15 (quinze) dias.
  - (C) A decisão na arguição de descumprimento de preceito fundamental terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais atos do Poder Público.
  - (D) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é recorrível, podendo ser interposto recurso extraordinário.
  - (E) Não há previsão, no procedimento de arguição de descumprimento de preceito fundamental, de qualquer possibilidade de sustentação oral por parte dos interessados.
- 22) Conforme previsto na Constituição Federal, qual das medidas coercitivas abaixo poderá ser tomada durante o Estado de Defesa?
- (A) Obrigação de permanência em localidade determinada.
  - (B) Busca e apreensão em domicílio.
  - (C) Requisição de bens.
  - (D) Restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações.
  - (E) Intervenção nas empresas de serviço público.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

23) Considerando a doutrina, a jurisprudência e a legislação aplicável relativa à Administração Pública, coloque F(falso) ou V (verdadeiro), e assinale, a seguir, a opção correta.

- ( ) Incide sobre as Autarquias a regra prevista no Código Civil, qual seja, a de que sua existência legal começa com a inscrição no registro próprio, de seus contratos, atos constitutivos ou estatutos.
- ( ) As Sociedades de Economia Mista só têm foro na Justiça Federal, quando a União intervém como assistente ou oponente.
- ( ) As Empresas Públicas são dotadas de personalidade jurídica de direito público. Embora já existentes na Itália, Inglaterra, França e Alemanha, somente foram introduzidas no Brasil na década de 1950.
- ( ) Cabe Mandado de Segurança contra ato praticado em licitação promovida por Sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública.
- ( ) É competente a justiça comum para julgar as causas em que é parte Sociedade de Economia Mista.

- (A) (V) (F) (V) (F) (V)
- (B) (F) (V) (F) (V) (F)
- (C) (V) (F) (V) (F) (F)
- (D) (V) (V) (V) (F) (F)
- (E) (F) (V) (F) (V) (V)

24) Com relação às providências que recaem sobre pessoas, previstas no Código de Processo Penal Militar, assinale a opção correta.

- (A) Prisão temporária é a que ocorre durante o inquérito, ou no curso do processo, antes da condenação definitiva.
- (B) A captura na prisão em flagrante ocorrerá somente mediante a apresentação de ordem escrita da autoridade militar.
- (C) A recaptura de acusado evadido depende de prévia ordem da autoridade.
- (D) A Nota de Culpa também é necessária na prisão em flagrante de militar estável.
- (E) A falta de testemunha obsta a prisão em flagrante.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

25) De acordo com a Constituição Federal, assinale a opção correta.

- (A) São símbolos da República Federativa do Brasil, nos termos do que dispõe o artigo 13, parágrafo 1º, da CRFB/1988: a bandeira, o hino, a moeda nacional, a língua portuguesa e o folclore brasileiro.
- (B) De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, é privativo de brasileiro nato e naturalizado o cargo de Oficial das Forças Armadas.
- (C) De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, é privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro de Estado da Defesa.
- (D) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- (E) O militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos, salvo se obtiver autorização de seu superior hierárquico.

26) Com relação aos atos processuais, analise as afirmativas abaixo.

- I - Quando a Fazenda Pública for parte, computar-se-á em dobro o prazo para recorrer, contudo o prazo para oferecer contrarrazões será simples.
- II - O prazo para oferecimento de recurso adesivo pela Fazenda Pública será simples, uma vez que esse recurso tem o mesmo prazo das contrarrazões.
- III- Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-á contado em dobro os prazos para contestar para recorrer, exceto se apenas um deles houver sucumbido.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa III está correta.
- (D) Apenas a afirmativa I está correta.
- (E) Apenas a afirmativa II está correta.

27) Com relação ao Direito das Obrigações, assinale a opção correta.

- (A) Presume-se solidária a dívida entre A e B, quando, a despeito de o credor ter demandado A, B assume o compromisso de satisfazer a obrigação.
- (B) Considera-se satisfeita a obrigação quando o devedor, não demandado, pagar a qualquer um dos devedores solidários.
- (C) Na solidariedade passiva, não pode o devedor demandado opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais.
- (D) Não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação contra um dos devedores solidários, uma vez que não é possível a renúncia da solidariedade em favor de um devedor.
- (E) A solidariedade da obrigação original não subsiste quando convertida a prestação em perdas e danos, uma vez que a solidariedade não se presume.

28) Com relação ao crime de insubmissão e seu processo, assinale a opção correta.

- (A) Pratica o crime de insubmissão o militar que deixa de se apresentar no momento da partida do navio ou da aeronave.
- (B) Somente o militar estável pode praticar o crime de insubmissão.
- (C) Pratica o crime de insubmissão o convocado que não se apresenta no lugar designado, dentro de oito dias, findo o prazo de trânsito ou férias.
- (D) O insubmisso que se apresentar e, ao ser submetido à inspeção de saúde, for considerado incapaz ficará isento do processo e da inclusão.
- (E) O insubmisso que não for julgado no prazo de noventa dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura, será posto em liberdade.

- 29) Com relação à capacidade, assinale a opção correta.
- (A) Há, no direito brasileiro, entes despersonalizados que possuem capacidade de ser parte.
  - (B) As pessoas incapazes não possuem capacidade de direito, necessitando, para tanto, de assistentes ou representantes.
  - (C) As pessoas incapazes possuem capacidade de fato.
  - (D) São relativamente incapazes os que por causa transitória não puderem exprimir a sua vontade.
  - (E) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos serão representados por seus pais.
- 30) Com relação à Responsabilidade Civil, conforme a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, assinale a opção correta.
- (A) Aquele que habitar edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.
  - (B) O proprietário de prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
  - (C) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis não disponham de meios suficientes para fazê-lo.
  - (D) Os instituidores são responsáveis pela reparação civil resultante de atos praticados por seus dependentes.
  - (E) É objetiva a responsabilidade do empregador pelos atos ilícitos de seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir.



31) De acordo com o disposto no Estatuto dos Militares - Lei nº 6.880/1980, assinale a opção correta.

- (A) Os postos de Almirante, Marechal e Marechal-do-Ar somente serão providos em tempo de guerra.
- (B) O posto e a graduação são graus hierárquicos dos militares, conferidos pela autoridade militar competente.
- (C) A hierarquia militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar.
- (D) Em igualdade de posto ou de graduação, os militares da reserva, têm precedência sobre os da atividade.
- (E) Os Guardas-Marinha, os Aspirantes a Oficial e os alunos de órgãos específicos de formação de militares são denominados oficiais de terceira classe.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

32) Com relação ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta, de acordo com a obra Direito Constitucional Esquematizado, de Pedro Lenza.

- (A) As emendas constitucionais não podem ser objeto de controle de constitucionalidade, pois decorrem da manifestação do poder constituinte originário. Esse poder é ilimitado e autônomo. O poder originário não precisa observar os limites impostos e estabelecidos pelo artigo 60, da CRFB/1988.
- (B) No que tange à "inconstitucionalidade circunstancial", como bem anota Barcellos, trata-se de declaração de inconstitucionalidade da norma produzida pela incidência da regra sobre uma determinada situação específica... é possível cogitar de situações nas quais um enunciado normativo, válido em tese e na maior parte de suas incidências, ao ser confrontado com determinadas circunstâncias concretas, produz uma norma inconstitucional.
- (C) O princípio da parcelaridade rege o controle difuso. Isso significa que o Supremo Tribunal Federal pode julgar parcialmente procedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade, expurgando do texto legal apenas uma palavra, uma expressão, do mesmo modo que ocorre com o veto presidencial.
- (D) A natureza jurídica do *amicus curiae* é idêntica às modalidades de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, até em razão da natureza do processo objetivo e abstrato do controle difuso de constitucionalidade.
- (E) O Supremo Tribunal Federal entende que os partidos políticos e as confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional possuem capacidade postulatória plena, não necessitando de representação por advogado.

- 33) Tício, residente na Inglaterra, propôs a Mévio, residente no Brasil, que alugasse seu imóvel aqui localizado. Celebrado o negócio jurídico, Mévio se tornou, então, locatário de imóvel de Tício localizado no Brasil. Quanto à situação hipotética, à luz da Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro, assinale a opção correta.
- (A) O contrato de aluguel reputa-se constituído na Inglaterra.
  - (B) Para qualificar e reger o contrato, aplicar-se-á a lei do Brasil.
  - (C) Só a autoridade judiciária brasileira é competente para conhecer as ações relativas ao contrato de aluguel, já que a obrigação deve ser cumprida no Brasil.
  - (D) Só a autoridade judiciária brasileira é competente para conhecer as ações relativas ao contrato de aluguel, por se tratar de imóvel situado no Brasil.
  - (E) A autoridade judiciária estrangeira não é competente para conhecer as ações relativas ao contrato de aluguel, já que o réu é domiciliado no Brasil.
- 34) No processo civil, a decisão judicial que decide acerca da competência é passível de:
- (A) Apelação, tendo em vista que extingue o processo junto àquele órgão.
  - (B) Agravo, tendo em vista que se trata de decisão interlocutória.
  - (C) Agravo, apenas quando se tratar de incompetência relativa.
  - (D) Impugnação por meio de Mandado de Segurança exclusivamente.
  - (E) Apelação, quando se tratar de incompetência absoluta.

35) Com relação ao Direito Administrativo, à Lei nº 9784/99 e à legislação aplicável, coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, assinalando a seguir a opção correta.

- ( ) A discricionariedade é uma das características do poder de polícia e se caracteriza pela possibilidade que tem a Administração de não depender da intervenção do Poder Judiciário para executar suas decisões.
- ( ) Por razões de conveniência e oportunidade, a doutrina pátria admite que o Poder Judiciário e a Administração possam proceder à revogação, com efeitos *ex nunc*, de atos administrativos, ou seja, sem considerar os efeitos produzidos.
- ( ) A autoridade administrativa superior, para delegar a edição de atos de caráter normativo, deverá publicar portaria de delegação no Diário Oficial da União, garantindo que os interessados tomem conhecimento do ato, em conformidade com o princípio da publicidade.
- ( ) Se decisão penal absolutória afirmar a inexistência do fato atribuído ao servidor ou excluí-lo expressamente da condição de autor do fato, haverá repercussão no âmbito da Administração.
- ( ) Pode, dependendo do motivo da absolvição, o servidor absolvido no crime ser punido na esfera administrativa, ou seja, a instância penal não obrigará a esfera administrativa.

- (A) (V) (F) (V) (F) (F)
- (B) (F) (F) (F) (V) (V)
- (C) (V) (V) (V) (F) (F)
- (D) (F) (V) (V) (F) (F)
- (E) (V) (V) (F) (V) (V)

36) Segundo o Código Penal Militar, assinale a opção correta.

- (A) A perda do posto e da patente resulta da condenação à pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, mas não implica em perda das condecorações.
- (B) A ação penal somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público da Justiça Militar.
- (C) Violência contra superior, insubmissão e abandono de posto são espécies de crime contra o serviço militar e o dever militar.
- (D) O crime de dano em material ou aparelhamento de guerra admite a forma culposa.
- (E) O direito alheio sacrificado no estado de necessidade não pode ser superior ao direito protegido.

37) Com relação ao Mandado de Segurança, assinale a opção correta.

- (A) Contra acórdão não unânime que der provimento à apelação cabem embargos infringentes.
- (B) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 dias, contados da cessação da violação do direito.
- (C) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso de mandado de segurança contra omissão da autoridade.
- (D) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus e habeas data.
- (E) Somente a autoridade coatora tem legitimidade para recorrer da sentença que conceder a segurança.

- 38) A Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Sobre as modalidades e tipos de Licitação previstos na Lei ° 8.666/1993, assinale a opção correta.
- (A) São modalidades de Licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, sendo vedada a criação de outras modalidades e permitida a combinação das mesmas, observando as especificidades do objeto.
  - (B) São modalidades de Licitação: menor preço, melhor técnica, técnica e preço e maior lance ou oferta, sendo vedada a criação de outras modalidades ou a combinação das mesmas.
  - (C) São tipos de Licitação: a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço e a de maior lance ou oferta, sendo vedada a utilização de outros tipos de licitação.
  - (D) São modalidades de Licitação: a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço e a de maior lance ou oferta, sendo permitida a combinação das mesmas, observando as especificidades do objeto.
  - (E) São modalidades de Licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão, sendo vedada a utilização de outra modalidade não prevista na Lei n° 8666/93.
- 39) Segundo dispõe o Código de Processo Penal acerca da prisão preventiva, assinale a opção correta.
- (A) É possível ser decretada só após oferecida a denúncia.
  - (B) Pode ser decretada com o objetivo de garantir a ordem econômica.
  - (C) Dependerá sempre de requerimento do Ministério Público ou de representação de autoridade policial.
  - (D) É possível ser decretada ainda que o juiz verifique, pelas provas constantes dos autos, ter o agente praticado o fato em estrito cumprimento do dever legal.
  - (E) Não é cabível quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

40) Com relação às penas restritivas de direitos, assinale a opção correta.

- (A) São subsidiárias e substituem as privativas de liberdade.
- (B) São cabíveis no caso de condenado reincidente.
- (C) São cabíveis nos crimes culposos apenas se a pena privativa de liberdade for inferior a quatro anos.
- (D) É obrigatória a conversão, sobrevivendo condenação à pena privativa de liberdade.
- (E) A perda de bens e valores pertencentes ao condenado dar-se-á, preferencialmente, em favor da vítima ou de seus sucessores.

41) Com relação aos requisitos dos atos processuais, assinale a opção correta.

- (A) As nulidades devem ser alegadas na primeira oportunidade, não podendo ser conhecidas de ofício.
- (B) Do princípio da instrumentalidade das formas, resulta que não se declarará a nulidade relativa se não houver prejuízo; a nulidade absoluta, por sua vez, sempre será declarada.
- (C) A falta de intervenção do Ministério Público só pode ser alegada se a parte em favor de quem estava obrigado a intervir tiver sucumbido, uma vez que se trata de nulidade relativa.
- (D) A nulidade absoluta não preclui; podendo ser declarada, após encerrado o processo em que se verificou, no prazo de quatro anos da ação rescisória.
- (E) O ato processual nulo produzirá efeitos e consequências processuais até que o juiz reconheça o vício e declare a nulidade.

42) Com relação à Lei nº 7.347/1985 - Lei da Ação Civil Pública, é correto afirmar que

- (A) A ação é cabível para veicular pretensões coletivas que envolvam contribuições previdenciárias, ainda que os beneficiários possam ser individualmente determinados.
- (B) A ação será proposta no foro do local da sede da pessoa jurídica lesada.
- (C) Qualquer pessoa, inclusive o servidor público, poderá provocar o Ministério público, ministrando-lhe informações sobre os fatos que constituam objeto da ação.
- (D) São legitimados ativos em litisconsórcio necessário o Ministério Público e o ente da Federação contra quem se verificou o prejuízo.
- (E) A propositura da ação civil pública prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam mesma causa de pedir ou mesmo objeto.

43) Considerando a boa fé, analise as afirmativas abaixo.

- I - A boa fé subjetiva, que diz respeito ao conhecimento ou ignorância relativa a certos fatos, é regra de interpretação do negócio jurídico trazida pelo Código Civil de 2002.
- II - O Código Civil de 2002 adotou a Teoria da Confiança, segundo a qual o comportamento das partes no negócio jurídico deve estar de acordo com a boa-fé objetiva.
- III- *Supressio* é conceito correlato à boa fé, segundo o qual um direito não exercido durante determinado lapso temporal não poderá mais sê-lo.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- (E) Apenas a afirmativa III está correta.



44) Com relação ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 9.784/1999, assinale a opção correta.

- (A) Pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
- (B) O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso com efeito suspensivo.
- (C) A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.
- (D) Salvo disposição legal em contrário, o recurso administrativo tem efeito suspensivo.
- (E) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.

45) Com relação aos Enunciados de Súmula do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Militares da reserva e reformados não estão sujeitos à pena disciplinar.
- (B) O legislador ordinário só pode sujeitar civis à Justiça Militar, em tempo de paz, nos crimes contra a segurança externa do país ou as instituições militares.
- (C) Oficial das Forças Armadas só pode ser reformado, em tempo de paz, por decisão de tribunal militar permanente, ressalvada a situação especial dos atingidos pelo artigo 177, da Constituição de 1937.
- (D) O artigo 125, parágrafo 4º, da Constituição Federal não impede a perda da graduação de militar mediante procedimento administrativo.
- (E) Não cabe *habeas corpus* contra imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

Prova : Amarela  
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2015

- 46) Com relação ao *habeas corpus*, assinale a opção correta.
- (A) A competência do juiz não cessará ainda que a violência ou coação provenha de autoridade judiciária de igual jurisdição.
  - (B) Seu procedimento não prevê em nenhuma hipótese a condenação nas custas processuais da autoridade que tiver determinado a coação.
  - (C) O Ministério Público não poderá impetrá-lo, mas apenas opinar favoravelmente à concessão da ordem.
  - (D) Pode o juiz determinar que o paciente preso lhe seja apresentado imediatamente em dia e hora que designar.
  - (E) Mesmo que já cessada a violência ou a coação ilegal, o juiz julgará o mérito da ação.
- 47) Os princípios aplicáveis ao Direito Penal elencados abaixo têm disposição expressa e literal na Constituição Federal de 1988, EXCETO:
- (A) Dignidade humana.
  - (B) Individualização.
  - (C) Proporcionalidade.
  - (D) Pessoalidade.
  - (E) Legalidade.
- 48) Segundo Carvalho Filho, a Intervenção do Estado na Propriedade pode ser considerada como toda e qualquer atividade estatal que, amparada em lei, tenha por fim ajustar a propriedade aos inúmeros fatores exigidos pela função social a que ela está condicionada; admitindo-se duas formas básicas: a restritiva e a supressiva. Sendo assim, são modalidades de intervenção restritiva:
- (A) servidão administrativa, desapropriação, tombamento e ocupação temporária.
  - (B) servidão administrativa, desapropriação, requisição e ocupação temporária.
  - (C) servidão administrativa, requisição, tombamento e ocupação temporária.
  - (D) servidão administrativa, requisição, desapropriação e ocupação temporária.
  - (E) limitações administrativas, requisição, desapropriação e tombamento.

- 49) Segundo o Código Penal Militar, são penas acessórias a
- (A) perda do posto e da patente e a morte.
  - (B) exclusão das Forças Armadas e a reforma.
  - (C) suspensão do exercício do posto e a indignidade para o oficialato.
  - (D) inabilitação para o exercício de função pública e a incompatibilidade com o oficialato.
  - (E) reforma e a suspensão dos direitos políticos.
- 50) Segundo as normas constitucionais, o Oficial só perderá o posto ou a patente se for considerado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão
- (A) de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.
  - (B) de tribunal militar de caráter permanente em tempo de paz ou de guerra.
  - (C) do Plenário do Supremo Tribunal Federal, nos termos que dispõe o artigo 102, da CRFB/1988.
  - (D) do Plenário do Superior Tribunal de Justiça, atribuição esta prevista no artigo 105, da CRFB/1988.
  - (E) de tribunal militar de caráter especial, em tempo de paz ou de guerra, devendo esta decisão ser homologada pelo Presidente da República.